

REDES DE CONHECIMENTO EM DESENVOLVIMENTO RURAL: INICIATIVAS EXISTENTES E CAMINHOS PARA A ARTICULAÇÃO EM UMA REDE NACIONAL

Coordenador: Allan Razera, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

Apresentadores: Mireya Eugenia Valencia Perafan, Universidade de Brasília, Presidente da Rede de Estudos Rurais; Arilson Favareto, Universidade Federal do ABC; Vívian Libório de Almeida, Diretora do Departamento de Inovação para a Produção Familiar e Transição Agroecológica do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

Justificativa

Nesta Sessão Organizada pretende-se lançar luz sobre iniciativas em curso que promovem o diálogo em rede sobre temas afins ao desenvolvimento rural e regional de modo a trazer elementos e aprendizados para a reflexão sobre a construção de uma rede nacional no âmbito do Governo Federal, a partir do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Considerando os desafios para promoção da agricultura familiar no Brasil em sua diversidade de identidades, conhecimentos e práticas, uma Rede Nacional de Conhecimentos em Desenvolvimento Rural teria por finalidade promover diálogo entre instituições da sociedade e da academia, que desenvolvem pesquisas, estudos e análises sobre o rural brasileiro, com a gestão pública, permitindo a articulação, produção e socialização de conhecimentos, informações estratégicas e evidências destinadas a subsidiar a tomada de decisão sobre políticas de desenvolvimento rural e voltadas à agricultura familiar. A partir da experiência dos participantes desta Sessão espera-se debater questões fundamentais e estratégicas a serem levadas em conta para a construção e implementação da Rede Nacional de Conhecimentos em Desenvolvimento Rural.

Mireya Eugenia Valencia Perafan

1. A Rede de Redes: uma brevíssima história e perspectivas

Em dezembro de 2020 o Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA) da UFRRJ, realizou um evento acadêmico para comemorar seus 15 anos de pesquisas em diversos eixos temáticos dentro do amplo campo do desenvolvimento, agricultura e sociedade. Nessa oportunidade, uma das mesas de debate, congregou representantes de diferentes redes de pesquisa para apresentar suas iniciativas e, principalmente, discutir a possibilidade de criar um espaço de cooperação entre Redes para coordenar iniciativas e potencializar os esforços de incidência num cenário de desmonte das políticas públicas para o desenvolvimento rural.

Esse debate foi retomado em 2021 no marco do II Seminário Internacional - O Rural, Sistemas Alimentares e a Agenda 2030: Uma nova Geração de Políticas para o Desenvolvimento Territorial realizado graças à parceria entre a Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (RETE), a Rede de Estudos Rurais e a Rede de Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural em América Latina (Rede PP-AL), junto com as Redes de Gestão Territorial de Colômbia e do México.

Entre as ricas propostas surgidas nesse diálogo houve consenso sobre a necessidade de pensar uma estratégia que fortalecesse esse trabalho entre redes a qual deveria ir além dos temas específicos que cada um desses grupos desenvolve para incidir na construção e implementação de políticas públicas levando em conta os resultados de experiências anteriores, mas, de igual forma, superando a inércia desses resultados para avançar numa nova geração de políticas públicas que respondam aos contextos atuais.

Um elemento crucial por trás dessa iniciativa de articulação era a constatação que já vinha sendo colocada em diversas publicações acadêmicas e técnicas depois da primeira década dos anos 2000 sobre a transformação dos mundos rurais a escala global e local. Posteriormente, a pandemia do Covid-19 explicitou desigualdades entre países e entre regiões e aprofundou a pobreza e a fome entre os grupos populacionais em situação de maior vulnerabilidade. Uma das conclusões do Seminário mencionado acima foi o caráter de urgência que a pandemia imprimiu à construção de respostas e ações públicas para a tender as demandas das populações rurais frente ao aprofundamento das crises sociais, ambientais, econômicas e políticas. Urgência de debater conceitos como o de produtividade direcionado para a sustentabilidade; de enfrentar os desafios ambientais e de saúde humana impostos pelos novos padrões de produção e consumo; de avançar na paridade entre os espaços rurais e urbanos, entre muitos outros

Os estudos para o rural contemporâneo precisam de novas perguntas e inovações metodológicas para que o conhecimento gerado favoreça, de maneira mais acelerada, os processos de transformação para sociedades mais justas, menos desiguais e com formas sustentáveis de uso e controle dos recursos naturais. Patrick Caron em 2018 nos convidava a fazer parte de uma “ação coletiva de transformação” e, um pouco antes dele, em 2016, Julio Brdegué e Arilson Favareto já falavam da necessidade de incentivar uma ampla colaboração de pessoas e organizações que “mobilizassem diferentes vertentes teóricas e experiências e dialogassem com inteligência, franqueza, respeito e generosidade”.

Dentro de uma proposta de constituição de uma Rede Nacional de Conhecimentos sobre Desenvolvimento Rural, a Rede de Estudos Rurais pode contribuir significativamente por ser um espaço de intercâmbio e diálogo de caráter interdisciplinar e interinstitucional onde o “rural” é o principal campo de investigação. A Rede de Estudos Rurais busca dar visibilidade à produção intelectual, análises e sistematização de tendências em curso no rural brasileiro, como também pesquisa questões emergentes no debate nacional e internacional sobre esse campo de estudo e sinaliza a importância de outros temas menos abordados no diálogo rural-urbano.

São atividades desenvolvidas pela Rede de Estudos Rurais: 1. Encontros Bianaus; 2. Grupos de Trabalhos (GT's) para realizar atividades de pesquisa e formação; 3. Prêmio Maria de Nazareth Baudel Wanderley de Melhor Tese; 4. Mesas Redondas Virtuais e presenciais em anos sem o Encontro da Rede; 5. Participações em eventos em outras associações e sociedades (ABA, ANPPAS, ANPOCS, SBS, SOBER); 6. Elaboração de livros e dossiês; 7. Parcerias com outras redes e grupos de pesquisa para desenvolver atividades de pesquisa e formação. Atualmente a Rede de Estudos Rurais é formada por 582 sócios profissionais das mais diferentes áreas disciplinares (Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Economia, História, Agronomia, Geografia, Comunicação Social, Serviço Social etc.), cuja inserção institucional é também variada, localizados em universidades, centros de pesquisa, setores governamentais formuladores de políticas públicas, movimentos sociais, organizações não-governamentais, instituições sindicais, cooperativas e associações.

Estes sócios estão localizados nas diferentes e diversas regiões brasileiras, o que faz com que a Rede tenha uma ampla capilaridade assim como um importante acúmulo de conhecimento e experiência sobre as problemáticas rurais. O principal espaço de troca da Rede é o Encontro que se realiza bianualmente e permite envolver interessados com diferentes níveis de formação: desde estudantes que estão dando seus primeiros passos na pesquisa acadêmica até profissionais reconhecidos e com vasta experiência acadêmica.

A capilaridade e interdisciplinaridade de uma rede como a Rede de Estudos Rurais é um importante atributo a ser levado em conta, mas não suficiente para enfrentar os desafios dos mundos rurais contemporâneos. Precisamos de ações coordenadas entre o governo, academia e organizações sociais para desenhar uma agenda de pesquisa que, com um olhar acurado para esses vastos territórios rurais, contribua com o dinamismo econômico e a promoção do bem estar de suas populações na base da sustentabilidade ambiental.

O desafio consiste em promover a articulação, agregação e complementariedade, para diminuir foco setorial das intervenções e nos orientar, entre muitas outras, por reflexões como as de Nazareth Wanderley que nos alerta sobre a indispensável “sensibilidade para aprender a dimensão multifacetária do mundo rural e para refletir sobre as questões que ele coloca à sociedade brasileira. É essa sintonia que o legitima como um espaço de identificação e de interpretação da realidade em que vivem os indivíduos e grupos e dos processos sociais que os envolvem”¹. Ainda nos inspirando nas palavras da professora Nazareth, devemos nos questionar sobre: “que atores sociais são referidos ao mundo rural? Que antagonismos profundos estruturam sua realidade? Que novas configurações sociais e espaciais se desenham?

Arilson Favareto

2. Redes de conhecimento e desenvolvimento rural: ideias para um diálogo entre ciência e política

Nas quase duas décadas e meia deste século XXI, no âmbito das políticas públicas para o desenvolvimento rural, o país vive um terceiro momento. O primeiro deles durou até 2015 foi marcado por uma onda de inovações e de experimentação, com a criação de vários programas, sobretudo aqueles situados na esfera de atuação dos antigos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e do Meio-ambiente, sobretudo. Um resultado foi uma ampliação significativa do espaço e dos recursos para a agricultura familiar e comunidades tradicionais. Ao mesmo tempo, houve redução no número de ocupações no rural brasileiro, evidenciando um processo de exclusão produtiva, e o fortalecimento de uma visão baseada na produção de commodities em larga escala e sob um modelo tecnológico convencional. O segundo momento durou até 2022 e teve como característica principal aquilo que se chamou de desmonte da geração anterior de políticas públicas. Os resultados foram a volta da pobreza e da fome e o aumento das desigualdades e dos conflitos sociais. O terceiro momento se inaugura com o novo mandato presidencial iniciado em 2023. Ainda não estão claros os contornos do que será esse novo período, pois os esforços iniciais estiveram voltados à reconstrução do espaço institucional desarticulado no período anterior. Até aqui prevaleceu a retomada de políticas e programas implementados anteriormente e algumas inovações pontuais no campo da agroecologia e da mecanização de pequeno porte. Espera-se que, a partir de agora, possam

¹ Maria de Nazareth Baudel Wanderley. Um Saber Necessário: Os estudos rurais no Brasil. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2011.

ser apontadas prioridades claras que permitam ir além do que a mera repetição dos programas já conhecidos pôde entregar no passado. Para isso, contar com mais e melhores conhecimentos sobre o que funcionou e o que não funcionou nessas políticas, e sobre quais são os caminhos para melhorar a inclusão e a sustentabilidade, serão fundamentais.

No âmbito das redes de conhecimento também há potencialidades e limites que precisariam ser superados. O Brasil conta com uma invejável rede de organizações que produzem conhecimentos de diferentes tipos. Há uma significativa constelação de organizações sociais engajadas em produção de saberes e trabalhando cotidianamente em experiências inovadora, apenas algumas delas articuladas em redes nacionais. Há uma extensa malha de organizações científicas, incluindo universidades, institutos federais, empresas públicas de pesquisa, mas sem projetos estruturadores que as aproximem suas estruturas e sua produção das demandas sociais e dos formuladores e executores de políticas públicas. No passado também se buscou mobilizar estas redes para apoiar as políticas para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural. E também aqui os resultados foram ambíguos: houve um grande número de pessoas e instituições engajadas, importantes conhecimentos produzidos, mas parece correto dizer que muito pode ser feito para melhorar a qualidade e a efetividade desta aproximação entre ciência e política.

O foco desta exposição é apresentar um pequeno conjunto de ideias que permita um desenho inovador para uma colaboração institucionalizada entre organizações científicas, especificamente, e o Estado. O pressuposto é que não basta reeditar modelos já experimentados. Os próximos anos serão palco de uma oportunidade singular: a conjugação entre a retomada de políticas para o desenvolvimento rural brasileiro e para a agricultura familiar, e a (re)pactuação de uma estratégia de transformação ecológica e enfrentamento às mudanças climáticas. O ponto crucial desta singularidade acontece no ano que vem, com a realização da COP30 em Belém do Pará. Ali deve ser feito o balanço do que se alcançou desde o estabelecimento do Acordo de Paris e das metas associadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Como se sabe, este balanço não será positivo e os países não terão alternativa, senão buscar acordos ainda mais ambiciosos e os devidos meios de sua implementação. O Brasil pretende liderar este processo. E não será possível fazer isso sem repensar o futuro de sua agricultura e de suas áreas rurais, pelo peso decisivo que este setor e estas áreas têm nas contribuições do país para as emissões globais de gases de efeito estufa. Este tipo de transição exigirá muito mais do que melhorias incrementais em programas e políticas. Será preciso pensar uma geração verdadeiramente nova, que se apoie, por óbvio, no que vem sendo feito, mas que, principalmente, ouse estabelecer metas e caminhos mais promissores para as próximas duas décadas.

A base para este pequeno conjunto de ideias vem de quatro experiências: a) as tentativas anteriores de organizar redes de produção de conhecimento e políticas públicas; b) as maneiras como a representação da agricultura empresarial de grande porte mobiliza as suas redes de produção de conhecimento e políticas públicas; e c) o estado atual das redes de ciência e tecnologia voltadas para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural em uma perspectiva de transição ecológica.

Vívian Libório de Almeida

3. Agroecologia e Inovação para a Agricultura Familiar: (re) construção e articulação das políticas públicas em rede

Ainda no século XXI, apesar da excessiva discussão sobre o modelo de desenvolvimento do campo, sustentável e redutor das desigualdades sociais, o arrefecimento das políticas públicas rurais resultaram no aumento da pobreza nos territórios rurais. Diante desse cenário, há uma busca pela construção de políticas públicas que atendam as especificidades e considerem a complexidade da Agricultura de base familiar. O meio rural depende do resultado da interação entre os seres humanos e os recursos naturais, e os problemas decorrentes dessa relação interferem diretamente no desempenho de suas atividades sócio produtivas.

O conceito de inovação se concentra no desenvolvimento de soluções e melhorias. O desenvolvimento das práticas agroecológicas deve contribuir com a inovação inclusiva do campo brasileiro. O propósito desse texto é refletir sobre as contribuições da inovação tecnológica para o avanço do conhecimento e das práticas agroecológicas, além de esclarecer o papel do atual governo no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a agroecologia e a inovação da Agricultura Familiar.

A Agricultura Familiar deve desempenhar um papel central na promoção do desenvolvimento local, e para isso, deve ser protagonista no impulsionamento das ações de inovação, de modo que as soluções sejam concebidas a partir da realidade concreta. A relação historicamente estabelecida entre o ser humano e o meio ambiente, muitas vezes considerando este último de forma dissociada dos aspectos produtivos, tem gerado efeitos negativos, especialmente para a Agricultura Familiar, em termos de impactos ambientais. Em meio à reconstrução das políticas públicas voltadas para o fortalecimento do campo brasileiro, observa-se uma retomada dos espaços de governança e dos conselhos de participação da sociedade. Nesse contexto, surge a proposta de criar um Programa de Pesquisa e Inovação voltado para a Agricultura Familiar e a Agroecologia, por meio de diálogo entre o poder público e a sociedade civil.

Apesar de, nos últimos 50 anos uma parte da agricultura brasileira ter recebido grandes incentivos associados à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, que resultaram na ampliação significativa da produtividade agrícola do agronegócio da monocultura para exportação, a Agricultura Familiar não foi beneficiada com políticas que promovessem o desenvolvimento tecnológico adequado às suas demandas e necessidades.

A falta de acesso às inovações agrícolas adequadas dificulta o desenvolvimento sustentável dos estabelecimentos rurais, o incremento da produtividade e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e agricultoras. Segundo Tidd e Bessan (2013), para realizar a inovação com as organizações sociais é necessário métodos mais adequados para desenvolver novos processos tecnológicos, com flexibilidade para implementar novas práticas que desenvolvam novas ideias com trabalhadores e trabalhadoras.

Nas ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento tecnológico com agroecologia é fundamental considerar as particularidades, complexidades e o modo de vida nos territórios

rurais. Os agricultores, longe de corresponder a um destino definido ideologicamente, negando o seu histórico, emerge como resultado de sua capacidade de resistência e de inovação ante as imposições externas da sociedade e, em particular do mercado, em função dos projetos familiares (WANDERLEY, 2009).

Os dados do censo agropecuário realizado pelo IBGE (2017) demonstram que mesmo ocupando somente 23% da área total de estabelecimentos agropecuários do país, a agricultura familiar se destaca como importante produtora de alimentos, que compõem a cesta básica brasileira (mandioca, feijão, arroz, café, frutas, hortaliças, aves, suínos, caprinos e outros), entretanto, dos mais de 5 milhões, cerca de 13% dos estabelecimentos ainda não possuíam energia elétrica (645 mil estabelecimentos), apenas 14% dos estabelecimentos recebiam algum tipo de assistência técnica e somente 11,5% dos estabelecimentos da agricultura familiar possuíam trator, 3,5% semeadeira/plantadeiras, 1,4% colheitadeiras e apenas 2,5% possuíam adubadeira e/ou distribuidora de calcário.

Diante disso, fica evidenciado que o acesso limitado a tecnologias adequadas aos contextos e características específicas da agricultura familiar brasileira compromete tanto a produtividade quanto a qualidade dos produtos e das práticas agrícolas, impactando diretamente a capacidade de geração de renda das famílias. Essa restrição representa um obstáculo para a modernização, prejudicando o papel fundamental que a agricultura familiar desempenha na segurança alimentar e no desenvolvimento sustentável dos territórios rurais.

A pesquisa e a inovação adequadas, desempenham um papel cada vez mais fundamental no desenvolvimento de todas as atividades econômicas, da agricultura de uma forma geral e especialmente da agricultura familiar. Elas possuem o potencial de impulsionar a produtividade, a sustentabilidade e a qualidade de vida dos agricultores familiares. Importante ressaltar que a inovação na agricultura familiar não se limita apenas ao aspecto tecnológico, mas também envolve a adoção de novas estratégias de gestão, organização, comercialização e governança territorial.

A estratégia de inovação direcionada à agricultura familiar é essencial por várias razões, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de soluções adaptadas aos contextos, que contribuam para a adaptação dos agroecossistemas às mudanças climáticas, uma vez que, por meio das práticas agrícolas inovadoras, as famílias podem desenvolver sistemas mais resilientes, adaptados e também que contribuam para a captura e manutenção de amplos estoques de carbono no solo e em seus componentes vegetais. Segundo o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, 2022), os fenômenos climáticos extremos (frio ou calor intenso, secas ou chuvas muito concentradas) tendem a ser cada vez mais frequentes e afetar a população mais pobre de forma mais crítica.

As ações desenvolvidas para a construção das ações de inovação estão em torno da articulação de políticas públicas com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério da Educação (MEC), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e EMBRAPA, com retomada dos Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAS), articulação de editais específicos que contribuem com o desenvolvimento tecnológico e inovações com recursos do FNDCT dentre outras ações em construção que dialogam com Nova Indústria Brasil.

O envolvimento da sociedade civil nos processos de elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas, por meio de conselhos e comitês, tem o papel de contribuir na qualificação das demandas de inovação com base na realidade concreta, além de conferir maior transparência às ações do Estado na distribuição dos recursos públicos, com menor desperdício e maior eficiência nas ações realizadas. Nessa perspectiva existem diálogos com os Movimentos Sociais a partir da Comissão de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), Comitê Permanente de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e Agroecologia no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).

Espera-se que o desenvolvimento de inovações baseadas nos princípios da Agroecologia, garantam a implementação de ações e projetos que contribuam e promovam a produção e o acesso da sociedade brasileira a alimentos saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas. Assim a construção de políticas públicas que associem as ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação com base nesses pilares devem estimular a produção de alimentos agroecológicos, o desenvolvimento rural sustentável, o combate às mudanças climáticas e a ampliação da sustentabilidade dos agroecossistemas e dos biomas, contribuindo para a redução das desigualdades de gênero, étnico-raciais e a melhoria da qualidade de vida de agricultores e agricultoras familiares em todo o Brasil.

REFERÊNCIAS

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso: 06.jan.2024.

IPCC. Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/6-conclusoes-do-relatorio-do-ipcc-de-2022-sobre-mitigacao-das-mudancas-climaticas>. Acesso em: 07.abr.2024.

TIDD, J; BESSANT, J. Managing innovation: integrating technological, market and organizational change. 5rd. Wiley John + Sons; Edición: 5. Auflage. 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Mundo Rural como um Espaço de Vida: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.